

Da divergência à convergência: um estudo de caso sobre a necessidade do diálogo de saberes como alternativa aos conflitos socioambientais em comunidades rurais

De la divergencia a la convergencia: un estudio de caso acerca de la necesidad de dialogo de saberes como alternativa a los conflictos socioambientales en comunidades rurales

From Divergence to Convergence: a Case Study on the need for Dialogue of Knowledge as an Alternative to Socio-Environmental Conflicts in Rural Communities

Antonio Marcio Haliski

antonio.haliski@ifpr.edu.br

Instituto Federal do Paraná, Paranaguá, PR

Nicolas Floriani

florianico@gmail.com

Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR

Dimas Floriani

floriani@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo: O presente artigo visa mostrar, através de um estudo de caso nas áreas rurais de União da Vitória/PR e Porto União/SC, a dinâmica da paisagem rural destes municípios e, principalmente, o conflito velado existente entre a população rural e as instituições governamentais que representam um discurso oficial que se materializa nas práticas dos agricultores e servidores destas instituições. Portanto, apresentar-se-á uma discussão sobre o diálogo de saberes como uma alternativa para os problemas socioambientais atuais.

Palavras-chave: rural, agricultores, diálogo de saberes.

Resumen: Este artículo pretende exponer la dinámica del paisaje rural, por medio de un estudio de caso en espacios rurales de Unión de la Victoria/PR y Puerto Unión/SC y en especial el conflicto silencioso existente entre la población rural y las instituciones gubernamentales que detienen el discurso oficial que gana cuerpo en las prácticas de los agricultores y funcionarios de estas instituciones. Así, se presentará una discusión acerca del diálogo de saberes como alternativa para los problemas socioambientales en la actualidad.

Palabras-clave: rural, agricultores, diálogo de saberes.

Abstract: This paper aims to explain the dynamics of rural landscape, through a case study in rural areas of União da Vitória/PR and Porto União/SC and especially the existing hidden conflict between the rural population and government institutions, author of official discourse, which gains relief in the practices of the farmers, and officials of these institutions. Thus, a discussion about the dialogue of knowledge will be presented as an alternative for socio-environmental problems today.

Key words: rural, farmers, dialogue of knowledge.

INTRODUÇÃO

A questão do diálogo de saberes é colocada como uma possibilidade de implantação de políticas públicas que valorizem esta prática na área estudada, tendo em vista que muitos agricultores possuem uma relação muito forte com os conhecimentos tradicionais, sociais etc., não reconhecidos tecnicamente ou cientificamente. No artigo, corre-se o risco de que a reivindicação do diálogo de saberes torne-se apenas uma digressão dos autores sobre o conflito entre os saberes científicos e não-científicos, pois do ponto de vista da reivindicação deste diálogo, é mais comum localizá-lo em grupos sociais organizados (tanto epistemológica, quanto técnica ou politicamente, em poucas comunidades epistêmicas, em alguns movimentos sociais, ou grupos de produção agroecológicos). No entanto, na pesquisa subentende-se este desejo por parte dos agricultores seja quando afirmam sobre a importância do conhecimento repassado de geração em geração ou mesmo quando aplicam técnicas de usos dos recursos naturais por conta própria (mesmo que isso possa indicar ausência de assistência técnica). Dito isso, iniciamos com o que entendemos por diálogo de saberes; na sequência partimos para uma análise da paisagem na área estudada e finalizamos com os conflitos existentes entre os atores rurais e as instituições ambientais. Portanto, falar de divergência ou de convergência trata-se de uma forma de produzir espaços de diálogos entre os saberes acadêmicos e tradicionais ou vernaculares, a fim de que tenhamos como resultado uma produção acadêmica por e a partir das demandas sociais.

DIÁLOGO DE SABERES COMO ALTERNATIVA AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Uma nova racionalidade ambiental dependerá do concurso ou do consórcio de distintas estratégias, para fragilizar a racionalidade instrumental dominante. São legítimas, portanto, tanto a emergência de novos saberes/fazer científicos, que dialogam entre si, e também com outros saberes, ligados à tradição dos saberes sociais (adeus à arrogância da divisão elitista da ciência contra as ideologias e as ilusões do saber popular!). (FLORIANI, 2008, p.121)

É neste contexto que Leff (2001) fala em revalorização de um conjunto de saberes sem pretensão de cientificidade. Assim, entende-se que (re)valorizar os saberes populares,

tradicionais, 'sociais', seja qual for o nome dado a eles, não significa supervalorizá-lo ou diminuir a importância da ciência, mas sim, buscar alternativas para o diálogo necessário entre os conhecimentos citados. Segundo Leff, a racionalidade ambiental encontra sua morada no saber ambiental. E este por sua vez, não pode confinar-se nos conhecimentos científicos constituídos. Portanto, o diálogo de saberes se inscreve numa política da diferença, a qual ultrapassa o pensamento ecologista e o sistema de saberes existentes, constituindo-se no encontro com a alteridade. Portanto, a construção da racionalidade ambiental conduz à desconstrução das lógicas de conhecimento e de poder dominantes, abrindo as vias para outras significações da natureza desde a cultura.

La racionalidad ambiental no es una “ecologización” del pensamiento ni un conjunto de normas e instrumentos para el control de la naturaleza y la sociedad, para una eficaz administración del ambiente. La racionalidad ambiental es una teoría que orienta una praxis a partir de la subversión de los principios que han ordenado y legitimado la racionalidad teórica e instrumental de la modernidad. Es una racionalidad – en sentido weberiano – que articula una racionalidad teórica e instrumental con una racionalidad sustantiva; es una racionalidad que integra el pensamiento, los valores y la acción; es una racionalidad abierta a la diferencia, a la diversidad y pluralidad de racionalidades que definen y dan su especificidad e identidad a la relación de lo material y lo simbólico, de la cultura y la naturaleza (LEFF, 2003, p.33).

Assim:

El diálogo de saberes demanda palabras que los articulen en algo más que un postulado o una axiomática, de una racionalidad instaurada en una realidad, para dar coherencia y consistencia a aquello que hoy empieza a manifestarse en el encuentro y enlazamiento de discursividades, de pensamientos, de hablas y de acciones que plantea la relación entre el ser y el saber. Se trata del campo de una *política de la diferencia* que pone en movimiento una relación del ser y lo real, con el Otro y con el Infinito. (LEFF, 2003, p.31)

É nesse contexto que Floriani (2008) afirma que o diálogo de saberes e a racionalidade ambiental seriam produções discursivas e práticas sociais que não teriam preocupações maiores com qualquer tipo de ruptura epistemológica ou qualquer tipo de pureza científica, pois trata-se de inaugurar um campo de saber e de conhecimento com articulações intra (disciplinares) e extracientíficas¹.

Leff (2009) nos evidencia uma crise ambiental que, por sua vez, também o é da razão, do pensamento e do conhecimento. É aí que ganha destaque a educação ambiental.

A educação ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências. A racionalidade da modernidade pretende pôr à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber

1 El diálogo de saberes no se conduce por la fórmula de racionalidad comunicativa basada en significados objetivos y en códigos de racionalidad preestablecidos por un saber de fondo común; el diálogo de saberes es el encuentro de interlocutores que rebasa toda conceptualización, toda teoría y toda finalidad guiada por una racionalidad, que antepone la justificación de una racionalización a la razón y la justicia del Otro. (LEFF, 2003, p.24)

gerado na forja do mundo da vida. O saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento². (LEFF, 2009, p.18)

Com relação ao diálogo de saberes Leff (2009) afirma que ele se produz no encontro de identidades. É a entrada do ser constituído por intermédio de sua história até o inédito e o impensado, até uma utopia arraigada no ser e no real, construída a partir dos potenciais da natureza e dos sentidos da cultura. Assim, o ser, para além de sua condição existencial geral e genérica, penetra o sentido das identidades coletivas que constituem o crisol da diversidade cultural em uma política da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de estratégias alternativas de reapropriação da natureza em um campo conflitivo de poder, no qual se desdobram sentidos diferenciados e, muitas vezes, antagônicos, na construção de um futuro sustentável.

Quando se afirma a necessidade do diálogo de saberes e que resultará numa educação ambiental³ fruto de uma construção coletiva, emerge a questão: como fazer isso? Em grande medida Luna e Moya (2008) apontam um caminho que passa pela transformação da escola. Trata-se do reconhecimento dos limites da formação pedagógica e a necessidade de superá-los através da criação de espaços de diálogos de saberes que propiciem uma relação da escola com a comunidade e que se manifeste em projetos de investigação.

La formación del docente y de los estudiantes, debe tomar en cuenta a la enseñanza como proceso abierto al pensar creativo, al encuentro con la identidad en el reconocimiento de lo simbólico, vivido, soñado. Este es el camino para que el sujeto se pueda habitar, dándole a la formación un sentido de libertad para aprender e interpretar. Se trata de superar el concepto de educación y de escuela que ha estado vinculado a lo preestablecido y a la reproducción de estados culturales. (LUNA; MOYA, 2008, p.457)

Esta situação permite pensarmos na formação do professor tanto na universidade quanto na sua formação continuada, no exercício de sua função. Especificamente sobre representantes de instituições ambientais, isso resultaria diretamente na formação do(s) extensionista(s) que realiza orientações técnicas em comunidades rurais. No plano prático o que estamos afirmando é que o exercício do diálogo de saberes deve surgir de algum

2 Para Leff (2009) o saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada. Ao mesmo tempo, implica a apropriação de conhecimentos e saberes dentro de distintas racionalidades culturais e identidades étnicas. O saber ambiental produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e posicionamentos políticos ante o mundo. Trata-se de um saber ao qual não escapa a questão do poder e a produção de sentidos civilizatórios.

3 A educação ambiental recupera assim o sentido originário da noção de *educere*, como deixar sair a luz; não como um novo iluminismo da coisa, nem como o despregar-se do objeto ou a transmissão mimética de saberes e conhecimentos, mas sim como a relação pedagógica que *deixa ser ao ser*, que favorece a que as potências do ser, da organização ecológica, das formas de significação da natureza e dos sentidos da existência se expressem e manifestem. A educação ambiental é o processo dialógico que fertiliza o real e abre as possibilidades para que se chegue a ser o que ainda não se é. (LEFF, 2009, p.23)

lugar e parece que o espaço de formação de professores⁴ com viés extensionista e de pesquisa pode ser um bom lugar para tal. É este profissional que ajudará na formação de quadros técnicos inclusive e como consequência devemos ter atuações com princípios de horizontalidade de relações, ou seja, sem hierarquias de conhecimento, isto sim, diálogo de saberes que resultarão em ações como, por exemplo, preservação de solos.

En esta lógica, el diálogo intersubjetivo favorece la posibilidad de transversar propuestas, este proceso se corresponderá con el pensar individual de cada sujeto y el intercambio de las diversas posiciones. Así, se cruzan saberes que permiten la explicación o generación de otras dudas, este cruce de explicaciones o de interrogantes da cuenta de lo complejo de lo real. (LUNA; MOYA, 2008, p.457).

Contudo, educação aqui não pode ser visto como uma ação trivial a partir da inércia das instituições e das práticas aprisionadas e aprisionadoras na e da escola, como aparelho ideológico do Estado capitalista que acaba reproduzindo os sistemas de valores (científicos, éticos, culturais enfim) existentes e não se torna um espaço de criação e exercício crítico da diferença, conforme proposto pela ótica de Enrique Leff. Neste sentido, a escola pode tornar-se um esporte de combate, parafraseando o que Bourdieu dizia da sociologia!

Essa diferença supõe fazer emergir o que está invisibilizado e à margem do sistema dominante do ensino; daí a importância de repensar e refundar uma educação ambiental que vá além dos espaços instituídos e que inclua a participação de atores vistos apenas como objetos invisíveis e não como protagonistas concretos de um sistema de pensamento, de ação e de valores inseridos em territórios contestáveis.

A possibilidade de instituir esses novos espaços exige um exercício que englobe e introduza uma diversidade de situações, a partir dos próprios atores comunitários envolvidos, de tal maneira que se horizontalize o diálogo entre instituições estatais, organizações sociais e políticas da própria comunidade. A devolutiva dessas novas práticas permite, possivelmente, provocar nas instituições de ensino e da comunidade escolar e acadêmica um repensar sobre as epistemologias e teorias pedagógicas voltadas para a educação do campo – e do questionamento das visões sobre a educação socioambiental voltada às ruralidades – e das práticas materiais, simbólicas e culturais de uma ecopedagogia capaz de gerar outros olhares, saberes e fazeres.

Neste sentido, diversas agências de ensino, pesquisa, extensão técnica e até igrejas e sindicatos que estão ou deveriam estar mais presentes, por exemplo, com mais escolas rurais que faltam na região, a partir da constatação feita por esta pesquisa. Quer dizer, políticas educacionais, com a necessária orientação para novos processos pedagógicos, em que estão incluídas a valorização dos atores rurais envolvidos, como é o caso dos produtores familiares, deveriam contemplar uma ação coordenada entre as diversas instituições e as respectivas comunidades aqui consideradas.

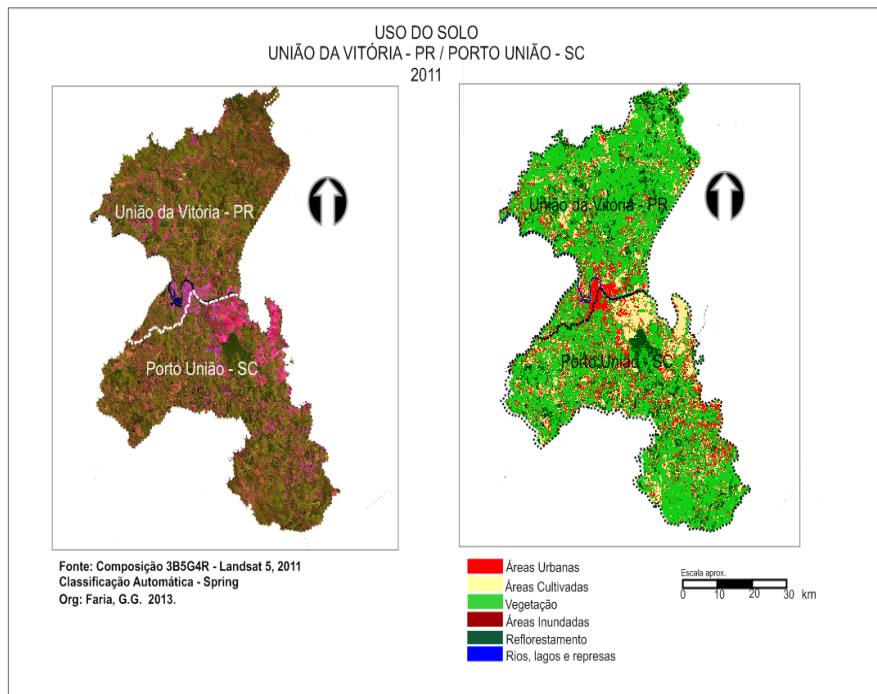
4 La formación del docente debe abrirse a formas de comprensión alejadas de la concepción de sujeto cosificado, de procesos de alienación que manipulan al sujeto, a la realidad y a las acciones del ser para transformar su entorno. Lo contradictorio y lo diverso nutre la posición centrada en el diálogo de saberes, éste se expresa como diálogo de la complejidad, por lo tanto, hace inclusiva la búsqueda del conocimiento más allá de lo aparente. Se debe considerar que lo que acontece es proceso constituyente, por esto la intersubjetividad es intercambio sobre este acontecer que se expresa como concientización. En este sentido, en el espacio escolar, es necesario seguir el acontecimiento en su desarrollo; así, podría surgir el compromiso ético que tendría mejores posibilidades en el enlace escuela-saber-comunidad. (LUNA; MOYA, 2008, p.457)

É temerário deixar a definição de políticas de educação, desde o Estado, apenas em mãos de especialistas ou de burocratas embalados por diferentes ideologias (agora mais perversas, uma vez que a escola pode tornar-se um lugar asséptico, inodoro e indolor do mundo, como querem os partidários de uma escola sem partido!). Falar do mundo sem paixão é deixar que a tragédia se instale como expressão de uma naturalização ideológica dos que tem poder de falar apenas o que pretendem para os outros, silenciados, dever ouvir!

POR UMA ANÁLISE DA DINÂMICA DA PAISAGEM NA ÁREA ESTUDADA: A ÓTICA DOS ATORES RURAIS

Em realidade a paisagem é, de um lado, o resultado de uma dada cultura que a modelou e, de outro, constitui-se uma matriz cultural. Como resultado a paisagem é uma 'vitrine permanente de todo o saber', expressando a cultura em seus diversos aspectos, possuindo uma faceta funcional e a outra simbólica. (Corrêa, 1995, p.4).

Figura 1: Uso do solo na área de estudo.



Fonte: os autores

Com o propósito de verificar a dinâmica da paisagem⁵ no espaço onde estão inseridos União da Vitória-PR e Porto União-SC, realizou-se o seguinte questionamento para os atores pesquisados: Como era essa região/terras (quando da sua chegada no lugar

5 Sabe-se da tradição da Geografia na análise e problematizações em torno do conceito/categoria paisagem, desde os textos clássicos de La Blache, Carl O. Sauer etc., até os mais recentes escritos por Claval, Corrêa e Rozendhal, entre outros, mas neste artigo, em razão da valorização dos saberes vernaculares, a ideia é (re)construir essencialmente a paisagem rural da área estudada, através dos relatos dos entrevistados.

ou na época de seus pais, avós)? Tinha muita vegetação, animais etc.? Mudou muito? A ideia consistiu em uma tentativa de fazer um mapeamento das práticas dos agricultores/moradores na área estudada, buscando elementos para se entender a relação sociedade/natureza ao longo do tempo. O objetivo foi evidenciar os motivos de termos a atual situação de uso e ocupação do solo, através da fala dos moradores/trabalhadores rurais.

Como matriz cultural as paisagens através de muitos dos seus elementos 'servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos', contribuindo para transferir de uma geração a outra o saber, crenças, sonhos e atitudes sociais. (Corrêa, 1995, p.5)

Dos livros que retratam os municípios estudados, verificou-se a descrição de uma região tomada por vegetação, no final do século XIX e início do século XX (HALISKI, 2013). A riqueza da flora propiciou a instalação de interessados em explorar a erva-mate ou instalar serrarias que dilapidaram imensas áreas da mata de araucária. Soma-se a isso a implantação de colônias nas áreas já exploradas. Ressalta-se que juntamente com a vegetação destruiu-se grande parte da fauna e flora. Enfim, pretendeu-se verificar isso pela fala do grupo pesquisado, por isso os questionamentos.

Anteriormente à aplicação dos questionários acreditava-se que a grande devastação para aumentar áreas de plantio era uma situação típica do norte do estado paranaense. Equivocamo-nos. Obviamente que o interesse pela madeira era grande, mas os agricultores precisavam sobreviver produzindo o necessário para sua subsistência. Nesse contexto vendia-se a madeira para 'limpar a terra' e, caso não conseguissem comercializá-la ateava-se fogo em tudo para iniciar uma lavoura. Outra situação é que em razão das características acidentadas do relevo a extensão da agricultura é diferente daquela do norte.

Dito isso, partiu-se da seguinte metodologia: a) seleção de relatos dos moradores através do tempo de vivência na comunidade; b) análise das falas. Dos moradores mais recentes para os mais antigos é possível fazer um mapeamento, através da narrativa que eles têm da região, que indique as alterações ou dinâmicas da paisagem pelo menos nos últimos 90 anos. Se levarmos em consideração que os mais velhos reproduzem as falas, análises, causos etc., de seus pais e avós, temos uma representação, no mínimo, centenária.

Aqueles com menos tempo de contato (moradia) com o rural fazem considerações sobre o que estão observando tendo como base a atualidade, ou seja, limitam-se a mostrar as áreas verdes preservadas por lei ou mesmo o verde dos reflorestamentos. Por exemplo, dizem que "*tá preservado, (e) tudo misturado mata nativa com pinus e eucaliptus*" (Alois, um ano no lugar) ou que "*tá do mesmo jeito, tem um pouco de tudo*" (Cláudio, 8 anos).

Embora esses relatos nos tragam elementos interessantes como evidenciar a preservação em razão da legislação ambiental e a grande quantidade de espécies exóticas, retratam no máximo os últimos 20 anos da paisagem regional.

Outra situação importante a esclarecer é que a dinâmica da paisagem é constante, contínua, ou seja, resulta de um ou vários processos ininterruptos da relação sociedade/

natureza⁶. Nem sempre as pessoas conseguem perceber as modificações à sua volta, porém, deixam em suas falas elementos que as evidenciam. Por esse motivo, os relatos dos mais velhos se torna fundamental. Isso fica explícito nas colocações a seguir: *“agora não deixam derrubar, agora é só mato”* (Nelson, 37 anos no lugar); *“a firma estragou muito, antes era mais plantação”* (Juventino, 22 anos no lugar); *“era mato fechado, até eu desmatei, o pinus já nasce por conta, veja ali na serra”* (Airto, 25 anos no lugar); *“antes tinha mais lavoura, hoje tá mais verde”* (Verônica, 25 anos no lugar); *“hoje tem mais pinus pra vendê”* (Marcelo, 33 anos no lugar); *“hoje é reflorestamento antes era lavoura”* (Élson, 38 anos no lugar)

Do que fora citado entre os pesquisados e que moram entre 22 a 38 anos na área rural, percebe-se claramente um momento de transição das lavouras para o plantio de espécies reflorestadas. Quando é citado que *“antes tinha mais lavoura e agora é mais verde”* também se constatam três situações: o contato com a cidade ficou mais facilitado tornando-se mais barato comprar em armazéns do que plantar e, noutro enfoque, a fiscalização ambiental foi sendo intensificada propiciando o crescimento de ‘mato’ em lugares de difícil acesso (geralmente áreas de preservação) e, ainda, o aumento do verde não é resultado somente da vegetação nativa, mas sim do pinus e do eucalipto.

Entre os moradores com mais de 40 anos de vivência nas terras citadas o que se evidencia é uma transição da floresta nativa para a agricultura. No final do século XIX e início do século XX, mesmo com a instalação das primeiras serrarias, o sul do Paraná e norte de Santa Catarina apresentava grandes vazios demográficos e, nesse contexto, uma baixa velocidade na exploração da floresta de araucária que permitiu a ela resistir à devastação (por vários motivos como o próprio relevo).

Seguem algumas narrativas: A região *“não mudou muito, só aumentou o pinus e o eucaliptos”* (Lurdes, 40 anos no lugar); *“antes tinha mais mato e foi tirado, tem só um poquinho, hoje planta até bracatinga, era mato virgem coisa mais linda”* (Maria, 43 anos no lugar); *“era área rural, lavoura, roça, (hoje é) reflorestamento, (o) empresário compra e põe pessoas pra cuidar [...] (hoje) a agricultura não compensa para o pequeno”* (Ingard, 50 anos no lugar); *“no começo (tinha) muita lavoura, hoje não pode cortar capoeira por causa do IBAMA, se o mato crescer você perde a lavoura”* (Benjamin, 52 anos no lugar); *“tinha mais lenha antes”* (Júlio, 58 anos no lugar); *“hoje é menos agricultura e mais mato, diminuiu o gado, antes aqui era bacia leiteira”* (Cassemiro, 60 anos no lugar); *“a lavoura tá se acabando não deixam queimá a terra e no morro não vai máquina”* (Eugênio, 69 anos no lugar); *“o pinus substituiu a lavoura, antes ia pra Galícia (colônia) e via só roça”* (Maria D, 70 anos no lugar); *“o pinus não existia só (tinha) mato do lugar (nativo), roçavam, plantavam, só lavoura, agora tem bastante pinus e gente que trabalha na cidade”* (André, 75 anos no lugar)

Em estudos realizados por Riesenber (1973), Hort (1990), Lago (2000), Fagundes e Ribas (2002), Tonon (2002) e Lazier (2003), para citarmos alguns, somadas as narrativas dos entrevistados, pode-se considerar o seguinte sobre a dinâmica da paisagem regional: no final do século XIX e início do XX, a mata nativa predominava em razão da baixa densidade demográfica e das condições específicas do relevo. Essa situação propiciou a instalação de

6 Sobre devastação e preservação/conservação recomenda-se ler Dean (1996) e Pádua (2002).

serrarias para aproveitar o potencial madeireiro. Concomitantemente temos a formação das primeiras colônias e a necessidade de plantio para subsistência dos moradores. Assim, as terras que não tinham sido 'limpas' pelos exploradores de madeira o começaram a ser, agora também, pelos novos moradores que precisavam plantar. Portanto, de uma situação de vegetação fechada vai-se evoluindo para grandes clareiras abertas destinadas a moradias, plantações, entre outros.

Dentro das colônias a vegetação era utilizada de formas diversas: para construir casas, paióis, cercas, chiqueiros, para lenha, para venda, entre outros. Com a retirada contínua dos recursos naturais e a instalação de um grande número de indústrias madeireiras, pós década de 1960, temos uma intensificação na destruição da floresta de araucária. Em razão disso começam os reflorestamentos de madeiras que crescem rapidamente como, por exemplo, o pinus e o eucalipto para, nesse momento, abastecer o mercado local.

É nesse contexto também que as cidades de União da Vitória e Porto União começam a se tornar o "*centro onde se encontra o necessário para viver*", em outras palavras, sua condição de centro comercial favoreceu a compra de muitos produtos que fizeram os agricultores abandonarem o plantio daquilo que não compensaria economicamente.

O reflorestamento passou a ser sinônimo de dinheiro rápido e fácil. Mesmo com a implantação do Código Florestal, na década de 1960, os desmatamentos continuaram. Posterior a uma série de encontros e conferências sobre o meio ambiente, intensifica-se a fiscalização restringindo, inclusive, os reflorestamentos e os desflorestamentos. Assim, quem não via em sua propriedade possibilidades de ganhar dinheiro acabou por vendê-la a pessoas interessadas em construir espaços de lazer, de moradia, entre outros.

Como explicitado, o tempo de moradia nos serve para (re)construirmos a geo-história regional a partir dos usos dos recursos naturais e seus consequentes impactos na paisagem. Por isso relacionamos as narrativas com os escritos acadêmicos e constatamos pelos dois caminhos a mesma trajetória de ocupação, povoamento e usos da natureza. Não é o propósito confrontarmos narrativas com temporalidades distintas para chegarmos a um veredito sobre estas influências na representação que cada um tem da paisagem, mas mostrar como as narrativas de pessoas com tempos diferenciados de vivências/moradias, nos evidenciam uma dinâmica contínua e processual da paisagem e, como dito acima, que também pode ser constatada na bibliografia produzida regionalmente. O que segue na sequência deste texto são outras narrativas que não são pautadas neste tipo de vivência/moradia, mas a partir de uma visão institucionalizada de atores que atuam junto ao rural e que em nossa análise deveriam dialogar com os atores do campo a partir do que explicitamos como diálogo de saberes. O conhecimentos dos atores do mundo rural que são pautados em um *saber-fazer* (conhecimentos repassados de geração em geração), geralmente entram em conflito com aqueles defendidos por instituições ambientais.

REFLEXOS PRESENTES: OS CONFLITOS COM AS INSTITUIÇÕES AMBIENTAIS

“A única ajuda do governo é o salário do *véio*” (D. Maria, ao se referir ao seu esposo aposentado)

O contato com os moradores da área rural permitiu a constatação de muitas inquietudes referentes à participação das instituições governamentais neste espaço. A principal reclamação está associada aos usos do solo, pois a legislação ambiental restringe, segundo eles, a possibilidade de aumentar a produção ou mesmo melhorar a qualidade de vida. Dentre os inúmeros comentários pode-se citar o caso do Sr. Nelson “[...] *agora não deixam derrubar, agora é só mato*”, referindo-se à dificuldade em se conseguir uma licença para corte.

No grupo pesquisado a única instituição que recebeu alguns elogios foi a EMATER. Nesse sentido, o contato com as instituições teve como propósito entender qual o papel e/ou funções atribuídas a elas, assim como, formas de atuação, resultados obtidos pelo trabalho desempenhado e os principais conflitos com os moradores/produtores da área rural. A intenção não é trabalhar em cima de um discurso oficial, pois isso poderia ser feito consultando as páginas das instituições na internet, mas sim, ouvir dos respectivos representantes a sua narrativa através das experiências vividas.

No lado paranaense (União da Vitória) conversamos com representantes⁷ do IAP e da EMATER⁸ e também do IBAMA, por estar localizado neste município. Em Porto União foi entrevistado um representante da EPAGRI.

- Instituto Ambiental do Paraná (IAP) – Já na primeira entrevista nos deparamos com algumas situações interessantes. Uma é a constatação por parte deste instituto das restrições impostas pela legislação ambiental aos usos do solo “*tem propriedade com restrição de até 80% em razão da tipologia florestal, relevo, solo e hidrografia*”. Outra é a limitação da capacidade de atuação “*a função do IAP não é fazer, é executar*”. Assim, a preocupação do instituto é, basicamente, expedir licenciamentos florestais e industriais, fiscalizar o desmate, a caça e a pesca.

Como a ideia é a execução de leis, falta pouco espaço para orientações “*o IAP não pode orientar, tem que aplicar*”. A fala do grupo estudado é ratificada pela representante que nos atendeu, ou seja, falta orientação e sobra punição. Não existe um diálogo. Os moradores/trabalhadores da área rural até tentam argumentar mostrando que o sul do estado está sendo castigado porque “*preservou/conservou*”, enquanto que o norte devastou tudo em nome da expansão agrícola.

Joana, explica que a partir da criação da lei de crimes ambientais em 1998, as punições ficaram mais severas “*antigamente tinha autuações e a pessoa ficava com o bem/utilizava a área*”. Agora acontecem embargos e a necessidade de recomposição do que fora degradado e “*qualquer infração vira crime*”. Outra situação é relacionada ao trabalho do agente

7 Como o objetivo das entrevistas é buscar uma visão dos representantes das instituições e não necessariamente das instituições, substituiremos os nomes dos entrevistados por pseudônimos.

8 Informações gerais sobre estas instituições podem ser obtidas no site, conforme referência.

fiscalizador, pois quem não faz autuação (caso necessário) vira o infrator, ou seja, se não multar é penalizado.

Mesmo com todos esses elementos é afirmado que existe uma boa relação com as comunidades rurais. Para possíveis conversas o IAP utiliza as reuniões da EMATER.

- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – se uma instituição pune exercendo uma relação de coerção também deve existir alguém para orientar. Isso para nossa surpresa não fica a cargo, pelo menos em União da Vitória, do instituto que leva o nome de ambiental, e sim da EMATER. A sua função é basicamente a extensão, ou seja, *“articulação para o desenvolvimento rural, econômico, social e ambiental”*.

Antonio mostrou uma organização de trabalho interessante. Durante três anos, realizou-se um contato com a comunidade rural para um diagnóstico das suas necessidades. Através de várias reuniões com lideranças locais e a comunidade (em igrejas, núcleo de educação, escolas rurais, etc.) chegou-se a uma caracterização dos agricultores familiares. Assim, verificou-se que num mesmo grupo existem interesses distintos, por exemplo, quem quer discutir sobre floresta, horta, leite, entre outros. *“Hoje, quando se quer marcar uma reunião com um grupo específico manda-se cartas, ou comunica-se via telefone, rádio e internet. Como o IAP não tem nada disso, utiliza essa mesma reunião para falar o que deseja”*.

Esse processo resultou na seguinte relação: *“na minha visão eles (os agricultores) veem a EMATER como o grande apoiador [...] somos de parteira a piloto de avião [...] EMATER é a grande mãe. Quem necessita de alguma coisa como licenciamento ambiental já recebe uma orientação e, desse modo, ganha tempo”*.

No plano ambiental é feita uma análise firme e concisa *“o IAP deveria ter pelo menos uma atividade educativa”*. Através de uma orientação *“o agricultor preserva muito mais e maneja melhor [...] a falta dessa orientação gera comentários como, por exemplo, se eu soubesse disso não teria feito dessa forma”*.

Dentre os problemas que comprometem o trabalho mais eficaz junto ao agricultor é citada a falta de profissionais para atender um grande número de pessoas, a falta de um sindicato atuante *“o nosso cliente não foi preparado para a política [...] sindicato não é só pra ir ao dentista ou ver aposentadoria”* e a falta de escolas voltadas ao campo. No final da entrevista ainda reforçou as potencialidades de União da Vitória citando que *“nós temos cobertura vegetal [...] a velocidade da degradação diminuiu, mas ainda existe”* e ainda se referiu à grande quantidade de água neste espaço.

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) – *“Somos os anjos do apocalipse”*. A função deste instituto é similar à do IAP, pois é o responsável pela emissão de licenciamentos e fiscalização de áreas federais. Sua inserção em União da Vitória justifica-se pela divisa de estados que implica em uma ação federal, por exemplo, se ocorrer um desmatamento que atinja simultaneamente o Paraná e Santa Catarina quem intervém é o IBAMA ou mesmo uma situação de desmatamento ao longo do rio Iguaçu. O termo ‘anjos do apocalipse’ foi empregado pelo representante da instituição para afirmar que quando eles ‘aparecem’ é porque normalmente há algum problema.

Dentre as questões discutidas com Ferreira, destaca-se a limitação do efetivo que conta com quatro fiscais para atender 70 municípios e a consciência ambiental dos moradores/trabalhadores rurais.

No primeiro quesito evidencia-se a importância de denúncias (a situação mais comum é aquela que envolve o transporte de madeira/lenha) para combater os impactos ambientais. Ao citar uma das estratégias utilizadas para o desflorestamento sem chamar a atenção das autoridades, através das imagens de satélite, Ferreira dá o seguinte exemplo *“eles tiram o sub-bosque e plantam pinus que cresce rápido e logo ultrapassa a mata nativa”*. Quando isso ocorre a mata nativa é derrubada e sobra uma terra para reflorestar. Foi nesse contexto que o fiscal, ao se referir ao conflito norte/sul no Paraná, afirma que *“aqui não é igual só por causa do relevo”*, ou seja, se não fosse relevo acidentado tinham devastado tudo. Embora reconheça que a consciência ambiental está contribuindo para diminuição de impactos *“hoje ninguém é ignorante, vejo uma diferença muito grande, antes o pessoal desconhecia muita coisa, hoje não [...] tem luz, rádio, TV”* e deixa claro que *“todo mundo é a favor da preservação do terreno do vizinho (e utilizam) uma autodesculpa pra destruir a sua terra”*.

Ao finalizarmos a entrevista faz três considerações *“quem faz lei são os legisladores, nosso grande desafio é discutir o que queremos, o que tem significância”*, por exemplo, *“qual a significância de um pinheiro numa plantação de soja?”* *“Sou a favor e não abro mão de recuperar efetivamente os 20% das APPs (Áreas de Proteção Permanentes) por causa da água, porque sem ela ninguém vive”*. Na primeira, deixa explícito que somente cumpre o que está escrito; na segunda, questiona a importância do isolamento de uma espécie sem que se pense no ciclo natural da vida, ou seja, um pinheiro precisa de outro para reproduzir; na terceira evidencia um pensamento presente desde os tempos de Humboldt e sua teoria do dessecamento, noutras palavras, vamos preservar para não sofrermos as consequências.

- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) - *“antes de técnicos somos sociólogos, temos que entender o regime de funcionamento da família”*. A EPAGRI é equivalente a EMATER e, nesse contexto, é responsável *“por trazer tecnologias para o agricultor e promover o desenvolvimento”*. A entrevista com Magalhães foi de extrema importância para mostrar as fragilidades da atuação do estado de Santa Catarina frente aos problemas socioeconômicos e ambientais de Porto União.

Chama atenção a maneira como os atores rurais são vistos por este agente. Primeiramente, foi feita por ele toda uma introdução mostrando os impactos da revolução verde nas políticas públicas e nos *“agricultores passivos”*, posteriormente citou o aumento dos níveis de escolaridade que *“fez agricultores mais críticos”*. Disso resultou uma conclusão *“os antigos são mais resistentes, falta perspectiva”* e os *“jovens e mulheres são mais receptivos à tecnologia”*.

Quanto ao trabalho desempenhado afirmou que *“eles nos enxergam como Estado, ou seja, responsável por tudo”*. A partir dessa resposta interrogamos (baseados nos questionários que aplicamos) a respeito da ineficácia da atuação da EPAGRI para atender os anseios do seu público alvo. Fizemos essa intervenção para mostrar que os agricultores possuem muitas dificuldades de conseguir, principalmente, licenças ambientais. Essa questão é muito complexa porque diferentemente de União da Vitória que conta com o escritório

regional do IAP, em Porto União o equivalente é a FATMA, que se localiza no município de Canoinhas, a aproximadamente 70 km. Fomos informados que a EPAGRI auxilia os agricultores instruindo-os para conseguirem o que desejam “*os agricultores têm dificuldades de seguir os trâmites*”. Com relação às reuniões informou que as comunidades são avisadas por rádio, TV etc., e que a mesma se realiza nas sedes das comunidades.

Caminhando para o final da entrevista o engenheiro citou o aumento do corte de madeira (obviamente justificado pela elevação do número de reflorestamentos) e o aumento “*por 6*” na produção de leite. Nesse momento fizemos outra intervenção afirmando que os agricultores por nós pesquisados não citavam qualquer ajuda por parte da EPAGRI. A explicação revelou uma visão determinista que atribui o fracasso das pessoas à origem cultural “*tem que analisar o aspecto cultural [...] a colonização polonesa e ucraniana é pobre [...] não se associam e querem fazer o que eles acham que é certo e não querem colaborar*”. Assim, “*em direção a Canoinhas onde estão os italianos e alemães a cooperação é maior e os agricultores são mais fortes*” já “*em direção a Matos Costa onde estão os ucranianos e poloneses, a cooperação é fraca e os agricultores também*”.

Quando utilizamos as narrativas dos moradores do rural, constatamos que as práticas que eles possuem frente aos usos dos recursos naturais é influenciada por toda uma trajetória de vida que se constrói a partir de vários momentos e múltiplas influências, por exemplo, o tempo de chegada dos migrantes aponta para conflitos com os caboclos locais pela ocupação da região e uma das consequências foi a Guerra do Contestado (MACHADO, 2004). Passado isso temos a consolidação do capital estrangeiro, a mecanização, a intensificação das relações do campo com a cidade etc. No seio de tudo isso vai se construindo saberes e práticas de usos da natureza (solo, floresta, produção, usos da água...), que Haliski e Brandenburg (2016) chamam de elementos de uma condição camponesa, e que em grande medida são negados por agentes que trabalham em instituições ambientais que, notadamente, possui outras relações com a região. São técnicos formados para ensinar a partir de seus conhecimentos e modelos tecnicistas. Somados a isso temos os problemas de quantitativos de pessoal para trabalhar junto aos agricultores, dificuldades de comunicação, falta de infraestrutura física etc. A consequência é o choque de conhecimentos e a negação do outro. Por este motivo nos utilizamos das narrativas dos agentes governamentais para expormos que, dentre outras ações, sem a criação de espaços de diálogos, desde a academia, continuaremos a reprodução de um modelo que não se mostra eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A NECESSIDADE E AS DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAR O DIÁLOGO DE SABERES

Por esses relatos dos agentes ambientais, associados a um histórico de vida dos atores pesquisados, entendemos que múltiplas forças atuam na dinâmica da paisagem local ao longo do tempo. De início temos uma conjuntura associada a fluxos econômicos e migratórios, com chegadas de pessoas com tradições distintas (polonesa, italiana...) e que passam a ressignificar suas práticas em um novo ambiente.

Isso resulta em estratégias de preservação/conservação que destoam daquelas defendidas por instituições ambientais. Trata-se de conhecimentos adquiridos por um saber-fazer que é repassado de geração em geração em oposição a saberes técnicos. Mas o impacto deste último é muito grande nas comunidades, pois resulta em leis que ignoram formas de saberes locais. Por tudo isso, entendemos que é fundamental a criação de ambientes, desde os universitários formadores de intelectuais, até espaços de diálogos nas comunidades, para que tenhamos valorizações de ambos os saberes e que isso resulte em melhorias para comunidade e não empecilhos.

[...] el diálogo de saberes debe constituirse en el cruce de cultura pública y cultura académica; en este sentido, se debe superar la creencia de que todo conocimiento escolar representa lo válido y lo que proviene de lo cotidiano debe ser rechazado. El diálogo de saberes representa la recuperación del enlace con la realidad, es actividad para que aflore la intersubjetividad como expresión de intercambio entre el tiempo cultural y la necesidad de resignificar el valor del formarse desde una perspectiva de creatividad. (LUNA; MOYA, 2008,p.460)

O diálogo de saberes entendido também como ação frente às desigualdades existentes

[...] hay que dar cuenta de la imposibilidad de recrear procesos sociales desde posiciones unilaterales. Hoy el encuentro, el diálogo, la negociación hacen parte de nuevos rituales que buscan llegar a consensos y a agendas de negociación política. Esto ha implicado que los sectores dominantes trabajen con especial énfasis las estructuras comunicacionales que les permiten redescubrir la dimensión social e histórica, la tradición cultural como reserva de esperanzas y de sentidos. La comprensión de la inviabilidad de propuestas autoritarias y el reconocimiento de esa tradición cultural fuente de sentidos de vida, lleva a pensar que los procesos de educación popular e investigación comunitaria lejos de cooptar, homogeneizar, asimilar la diferencia o la contradicción tendrían que operar desde y con procesos comunicativos que permitan esclarecer fines, mostrar la singularidad, la diversidad, la diferencia y la desigualdad; facilitando acontecimientos y proyectos orientados a recrear las formas de resignificar la participación y la solidaridad, en un sistema determinado por la ley del más fuerte en lo cultural, social, político y económico. (GUISO, 2000, p.11)

Difícil pensar em outra alternativa para a solução ou amenização dos conflitos socioambientais na área estudada, senão pela via do diálogo de saberes.

Os eventos e situações acima identificados em que são confrontados problemas da aplicação unilateral de medidas ambientais coercitivas do Estado, na maioria das vezes decorrem de uma visão limitada sobre quais são efetivamente as maiores restrições e consequências antrópicas sobre o meio ambiente.

Aquelas medidas não levam em conta a natureza mesma das grandes transformações observadas na região estudada, oriundas dos grandes empreendimentos de reflorestamento e das ações extrativistas predatórias da madeira, prévias à implantação desses megaprojetos. Por sua vez, não são apenas as práticas materiais que por si sós, nesses casos, estão na origem da incompreensão por parte dos principais agentes políticos e econômicos do

sistema econômico dominante, mas a própria racionalidade (sistemas de conhecimento e de valores) que orientam esses empreendimentos.

As formas tradicionais existentes de práticas produtivas e culturais dos produtores familiares da região são desconsideradas e invisibilizadas, quando de fato poderiam servir como exemplo de gestão dos usos dos recursos e práticas agroecológicas adotadas por esses produtores.

Entende-se a complexidade para a superação de barreiras impostas tanto pelo conhecimento científico (a negação de conhecimentos 'não-científicos') quanto pela legislação ambiental ou mesmo pelos jogos de interesses entre o grande e pequeno proprietário. Lembramos a postura dos representantes das instituições ambientais ao afirmarem que não fazem leis, mas apenas as aplicam. Então, devemos criar condições para, se for o caso, mudar as leis. É difícil, porém, não é impossível. Tanto os moradores/trabalhadores rurais sinalizaram na direção do diálogo de saberes quanto a própria ciência (com um grande número de cientistas).

Andrade (2010) escreve sobre o diálogo de saberes atentando para experiências inovadoras no ensino, abordando a formação de novos profissionais extensionistas dentro e fora dos muros escolares. O seu trabalho versa sobre a Fundação ITESP, em São Paulo, uma instituição pública prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O seu estudo, fundamentado em Paulo Freire, foca na relação do técnico extensionista com o agricultor. Assim, todos os sujeitos são educandos e educadores.

Segundo a autora, no diálogo de saberes está implícita a construção conjunta do conhecimento ou a produção coletiva de conhecimentos, sem haver imposição de receitas, técnicas ou soluções prontas, sem 'invasão cultural'. É uma prática que envolve a participação direta do agricultor ou da comunidade, na ação (execução), gestão, monitoramento e avaliação. O agricultor assume o protagonismo de seu processo histórico, tendo um papel ativo na transformação de sua realidade, buscando atuar e se (co)responsabilizar pelo seu desenvolvimento, de modo cada vez mais autônomo. Por outro lado, ainda com Paulo Freire, o técnico não pode se omitir na sua relação com os agricultores, ou seja, omitir o que sabe, o que aprendeu nos domínios do conhecimento técnico-científico, esconder seus valores, suas crenças, sua visão, pois o verdadeiro aprendizado só se constrói na síntese cultural de sujeitos, ambos, técnico e agricultor como protagonistas.

Numa relação de ensino-aprendizagem, *Diálogo de saberes* é a confluência ou o encontro do conhecimento científico, sistematizado, comprovado, aprendido na escola com o conhecimento ou saber popular adquirido por meio da experiência de vida do agricultor nas diversas dimensões, que expressa o que faz sentido para ele, sua visão de mundo, sua identidade de agricultor. O diálogo pressupõe troca, uma relação de sujeitos iguais, ambos educadores e educandos, ou seja, numa relação horizontal em que nenhum é melhor ou mais que o outro, e ambos são possuidores de conhecimentos, cientificamente ou apenas socialmente construído. O conhecimento científico e o conhecimento popular são diferentes, complementares e não são antagônicos.

Metodologicamente, este diálogo⁹ tem como pressuposto o reconhecimento e o respeito à cultura, aos valores étnicos, a história dos sujeitos, na medida em que o extensionista procura conhecer a realidade do agricultor ou da comunidade com a qual vai trabalhar. É nesta realidade ou neste contexto sócio-histórico, sob o olhar atento do técnico, que se pode *ler* valores culturais, o modo de ser e de se ver, de viver e de trabalhar, de significar seus projetos de vida. (ANDRADE, 2010, p.2-3)

Na atualidade, numa metodologia cujo modelo teórico-pedagógico é o ‘tecnicismo’, a ATER difusionista se faz por meio de uma intervenção pedagógica calcada numa relação unilateral, verticalizada, autoritária, onde prevalece a transferência de pacotes de conhecimentos e tecnologias, visando o desenvolvimento produtivista. É isso que deve ser erradicado. Uma das grandes dificuldades é romper com essa relação viciada, em que o próprio agricultor espera do profissional de ATER uma postura conivente com as práticas assistencialistas que ainda predominam no campo. Assim, deve-se trabalhar de modo que se consiga um “desenvolvimento endógeno” nas comunidades ou propriedades, ou seja, onde o agricultor possa se ver na sua propriedade, na sua comunidade, entre outros. Para tanto, dentre outros exemplos, deve-se primar por atividades coletivas e não aquelas como as reuniões - no formato atual de repasse de informações. (ANDRADE, 2010)

Ficou explícito na fala dos agricultores/moradores o desejo dos mesmos participarem na construção de um modelo mais equitativo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A exemplo da ATER vemos que a EMATER paranaense já está mais avançada neste processo, mas ainda é insuficiente. No caso da EPAGRI catarinense teríamos que avançar um pouco mais – isso pelo próprio determinismo cultural explícito na fala do técnico que nos atendeu. Entretanto, ambas instituições carecem de mão de obra suficiente para se atender aos moradores/trabalhadores rurais assim como: investimento em formação pedagógica com técnicas específicas para a extensão rural e o desenvolvimento de um projeto norteador focado no diálogo de saberes. A mesma lógica se aplica ao IBAMA e IAP, pois ambos são atores fundamentais para a formação de um pensamento socioambiental que resulte de ‘múltiplas cabeças’, fruto de uma construção coletiva.

Como se pode observar pelo exposto, o diálogo de saberes é a conjunção entre diversos aspectos do processo de construção de alternativas socioambientais, cujo princípio motor é a ação dialógica entre o cognitivo, o cultural, o político e o tecnológico. O cognitivo valoriza saberes oriundos do acúmulo de práticas e experiências do agricultor que aprende com a natureza o respeito aos seus limites e potencialidades; a abertura para os saberes científicos também é uma virtude que pode trazer ganhos na forma de explorar os recursos naturais, em benefício dos indivíduos envolvidos, das comunidades e dos ecossistemas. No plano cultural, é o reconhecimento, a valorização e a maneira de colocar em movimento a(s) identidade(s) de grupos sociais, na sua diversidade étnica, religiosa, em suas diversas vertentes artísticas e estéticas. No político, o envolvimento de diversos atores sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, em diálogo e/ou em conflito com as instâncias da

9 O modelo teórico-pedagógico é o construtivismo e o interacionismo, tendo como fundamento a internalização das atividades socialmente e historicamente produzidas, dos modos culturais de pensar e agir, a partir da relação mediada pelo outro e pelos sistemas simbólicos. (ANDRADE, 2010)

esfera pública (instituições, governos, etc.). Finalmente, no plano tecnológico, saber conviver com o desenvolvimento de novas tecnologias que sirvam para melhor transformar a natureza, tanto em seu próprio benefício como para os coletivos humanos envolvidos. As comunidades locais devem saber valorizar suas histórias de vida e o acúmulo de suas experiências históricas e culturais, traduzindo-as nos processos educacionais e informativos, utilizando-se dos meios mais eficazes de comunicação da atualidade.

O artigo evidenciou um processo de ocupação e povoamento que de um lado mostrou a degradação dos recursos naturais principalmente pela atuação de empresas madeireiras e de colonização e, de outro, principalmente pela fixação dos caboclos e dos colonos na terra, um sistema de organização em que a terra é o principal meio de sobrevivência e, por este motivo, deve ser conservada¹⁰. Tanto colonos como caboclos aprenderam técnicas de usos dos recursos naturais que vão desde o conhecimento do melhor solo para plantio até o conhecimento de essências florestais com fins medicinais.

É aí que entra, em nossa análise, a pertinência do diálogo de saberes. Isto porque estamos vivenciando um período em que a preservação/conservação da natureza está cada vez mais em pauta. A grande questão é que, como disse um entrevistado “quem está na cidade quer preservar”. O grande detalhe é que quer preservar, na grande maioria dos casos, como disse o representante do IBAMA, o terreno do vizinho e não o seu. Sem entrarmos em maiores detalhes - que está implícito no corpo do texto - a questão é que o morador da área rural quer ter o direito de participar dos rumos de sua vida, visto que, padece porque alguém está decidindo por ele. Os seus conhecimentos não são válidos? Acredita-se que sim, por isso a reivindicação de um projeto pautado no respeito à diversidade e, acima de tudo, à valorização dos conhecimentos (re)produzidos, pelo povo em questão.

Mostrou-se que a utilização dos recursos naturais faz parte da sobrevivência do trabalhador/morador rural. Quando é dito que o morador da cidade quer preservar isto não significa que ele, o do espaço rural, não o quer, isto sim, que ele sabe o que deve ser preservado. Como disse o Sr. Casemiro “*mesmo antes da lei nós já sabíamos o que deveria ser preservado*”. Em vários momentos nos deparamos com situações em que os moradores/trabalhadores fazem análises similares àquelas dos grandes teóricos que mostramos. Quando dito que o chão é muito dobrado e dificulta o plantio de determinadas espécies ou que não se deve extrair vegetação ao longo das nascentes porque seca a água, entre outros, vemos análises similares àquelas realizadas por Ross (2009) ou mesmo José Bonifácio ou Humboldt (*apud* PÁDUA, 2002).

Dito isso, entendemos que se deve fortalecer ou intensificar os laços entre a comunidade rural e os representantes do IBAMA, IAP, EMATER, EPAGRI, Instituições de ensino, entre outras, para se construir um modelo de desenvolvimento que seja suficiente para se preservar/conservar os recursos naturais e que, ao mesmo tempo, signifique qualidade de vida para as pessoas que moram/trabalham no rural.

10 Viveiros de Castro (2002) mostra um exemplo interessante ao se referir a Amazônia, pois boa parte dela seria o resultado de milênios de manipulação humana e, ao contrário do que se imagina, afirma que as florestas antropogênicas apresentam maior biodiversidade que as florestas não-perturbadas.

Porém, o desdobramento das consequências de adoção de novas atitudes dependerá em grande medida de um trabalho molecular, feito de pequenas inovações, na maneira de entender e explicar a nova relação entre o modelo de organização social, econômico e cultural e os mecanismos de sua articulação e coexistência com a natureza. Para tanto, como já foi dito, necessita-se de uma práxis alternativa que englobe novas estratégias cognitivas, agenciadas por diferentes práticas pedagógicas, outro sistema de ação política e formas de revalorização de culturas que historicamente têm sobrevivido às atuais ameaças, para garantir assim as condições fundamentais para a reprodução da vida na região e por que não dizer no Planeta!

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.R. Notas para discussão sobre o diálogo de saberes: experiências inovadoras no ensino de ATER. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL. 2, 2010, Santa Maria. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Dialogo_de_saberes.pdf> Acesso em: 20 out. 2017.
- CORRÊA, R.L. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, v. 1, n1, p.1-22, 1995.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- EMATER. **Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br/>> Acesso em 10 out. de 2016.
- EPAGRI. **Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina**. Disponível em <<http://www.epagri.sc.gov.br/>> Acesso em: 10 out. de 2016.
- FAGUNDES, J.; RIBAS, J.O. (orgs) **Monografia de Porto União**. Palmas: Kaygangue, 2002.
- FLORIANI, D. **Conhecimento, meio ambiente & globalização**. Curitiba: Juruá, 2008.
- GUIISO, A. **Potenciando la Diversidad: diálogo de saberes, una práctica hermenéutica colectiva**. Medellín: Febrero, 2000.
- HALISKI, A.M. **Formação e atualidade histórica de um grupo de agricultores entre Santa Catarina e Paraná: disputas sobre os usos da natureza e ambiente**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba - PR.
- _____. ; BRANDENBURG, A. Da constituição a reprodução de uma “certa” condição camponesa: um estudo de caso a partir dos usos dos recursos naturais. **Raízes**, v.36, n.1, p.34-49, jan-jun, 2016.
- HORT, J. **Geografia do município de União da Vitória**. União da Vitória: Uniporto, 1990.
- IAP. **Instituto Ambiental do Paraná**. Disponível em <<http://www.iap.pr.gov.br/>> Acesso em: 10 out. 2016.
- IBAMA. **Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/index.php>> Acesso em: 10 out. 2016.
- LAGO, P. F. A Terra e o homem. In: SANTOS, S.C. (org). **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis. Ed. UFSC/ FCC edições, 2000.
- LAZIER, H. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 13-40, jan./jun., 2003.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, v.34, n.3, p.17-24, set./dez. 2009.

LUNA, E.P.; MOYA, N.A. Dialogo de saberes y proyotos de investigación em la escuela. **Educere**, v. 12, n. 42, p. 455-460, jul./ago./set. 2008.

MACHADO, P.P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). São Paulo: Ed. UNICAMP, 2004.

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RIESENBERG, A. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. União da Vitória: FAFIUV, 1973. (Coleção Vale do Iguaçu).

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

TONON, E. **Ecos do Contestado**: rebeldia sertaneja. Palmas: Kaygangue, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Imagens da natureza e da sociedade. In: _____. **A inconstância da alma selvagem**: e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Data de submissão: 26/05/2014

Data de aceite: 29/10/2017